Demonstrações Financeiras

Atibaia Saneamento S.A.

31 de dezembro de 2018 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice

| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras | 1 |
|--|---|
| Demonstrações financeiras | |
| Balanço patrimonial | 4 |
| Demonstração do resultado | |
| Demonstração do resultado abrangente | |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido | |
| Demonstração do fluxo de caixa - método indireto | |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | |



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000 ev.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da **Atibaia Saneamento S.A.** Atibaia - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Atibaia Saneamento S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Atibaia Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Atibaia Saneamento S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu o seu relatório em 24 de agosto de 2018 com opinião sem modificação sobre aquelas demonstrações financeiras.



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000 ev com br

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de junho de 2019.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC- 2SP034519/0-6

Hector Ezequiel Rodriguez Padilla Contador CRC-1SP299427/O-9

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

| Ativo | Nota | 2018 | 2017 |
|--|----------|----------|--------|
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | - | 1 |
| Outros investimentos | 4 | 747 | 176 |
| Contas a receber de clientes e outros recebíveis | 5 | 27.261 | 21.127 |
| Estoques | | 56 | 40 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 6 | 632 | 686 |
| Despesas antecipadas | - | 28 | 43 |
| Total do ativo circulante | - | 28.724 | 22.073 |
| Não circulante | | | |
| Realizável a longo prazo | | | |
| Despesas antecipadas | | 12 | - |
| Contas a receber de clientes e outros recebíveis | 5 | 20.706 | 6.811 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 6 | 898 | 900 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 14 _ | <u> </u> | 961 |
| Total do realizável o longo prazo | - | 21.616 | 8.672 |
| Imobilizado | | 89 | 70 |
| Intangível | - | 33 | 5 |
| Total do ativo não circulante | - | 21.738 | 8.747 |
| Total do ativo | <u>-</u> | 50.462 | 30.820 |

| Passivo | Nota | 2018 | 2017 |
|--|------|--------|---------|
| Circulante | | | |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 7 | 3.213 | 1.224 |
| Empréstimos e financiamentos | 8 | 38.775 | - |
| Obrigações fiscais | 9 | 983 | 910 |
| Provisões e encargos trabalhistas | - | 378 | 537 |
| Total do passivo circulante | - | 43.349 | 2.671 |
| Não circulante | | | |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 7 | 26 | - |
| Empréstimos e financiamentos | 8 | - | 28.810 |
| Obrigações fiscais | 9 | 3.010 | 1.256 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 14 _ | 1.028 | |
| Total do passivo não circulante | - | 4.064 | 30.066 |
| Patrimônio líquido | 11 | | |
| Capital social | | 10 | 10 |
| Reservas de lucros | - | 3.039 | (1.927) |
| Total do patrimônio líquido | - | 3.049 | (1.917) |
| Total do passivo | - | 47.413 | 32.737 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | _ | 50.462 | 30.820 |

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

| | Nota | 2018 | 2017 |
|---|------|----------|---------|
| Receita operacional líquida | 15 | 31.865 | 15.455 |
| Custo dos serviços prestados | 16 | (17.988) | (7.573) |
| Lucro bruto | | 13.877 | 7.882 |
| Despesas operacionais | | | |
| Administrativas e gerais | 16 | (2.619) | (2.582) |
| Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos | | 11.258 | 5.300 |
| Receitas financeiras | 17 | 27 | 317 |
| Despesas financeiras | 17 | (3.803) | (3.857) |
| Despesas financeiras líquidas | | (3.776) | (3.540) |
| Resultado antes dos impostos | | 7.482 | 1.760 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | | (527) | (16) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 14 | (1.989) | (581) |
| Resultado do exercício | | 4.966 | 1.163 |

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

| | 2018 | 2017 |
|----------------------------|-------|-------|
| Resultado do exercício | 4.966 | 1.163 |
| Resultado abrangente total | 4.966 | 1.163 |

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

| | | Res | servas | | | Total do |
|-------------------------------------|----------------|---------|-----------------|------------|------------|------------|
| | | Reserva | Reserva de | Prejuízos | Lucros | patrimônio |
| | Capital Social | legal | retenção lucros | acumulados | acumulados | líquido |
| Saldos em 1º de janeiro de 2017 | 10 | - | - | (3.090) | - | (3.080) |
| Resultado do exercício | | | | 1.163 | | 1.163 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 10 | | | (1.927) | | (1.917) |
| Resultado do exercício | - | - | - | - | 4.966 | 4.966 |
| Compensação de prejuízos acumulados | - | - | - | 1.927 | (1.927) | - |
| Constituição de reserva legal | - | 2 | - | - | (2) | - |
| Constituição de reserva de lucro | | | 3.037 | | (3.037) | <u> </u> |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2018 | 10 | 2 | 3.037 | | | 3.049 |

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

| | 2018 | 2017 |
|--|----------|---------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Resultado do exercício | 4.966 | 1.163 |
| Ajustes para: | | |
| Depreciação e amortização | 21 | 15 |
| Impostos de renda e contribuição social diferidos | 1.989 | 581 |
| PIS e COFINS diferidos | 1.833 | 589 |
| Juros sobre atualização do contas a receber de clientes e outros investimentos | (7.130) | (4.921) |
| Juros incorridos de financiamentos | 3.219 | 3.718 |
| Impostos de renda e contribuição social corrente | 527 | 16 |
| Variações em: | 5.425 | 1.161 |
| (Aumento) em contas a receber e outros recebíveis | (12.899) | (986) |
| (Aumento) em estoques | (12.899) | (900) |
| Redução (aumento) em impostos e contribuições a recuperar | 56 | (510) |
| Redução (aumento) em despesas antecipadas | 3 | (20) |
| Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar | 2.015 | (779) |
| (Redução) aumento em provisões e encargos trabalhistas | (159) | 100 |
| (Redução) aumento em obrigações fiscais | (6) | 136 |
| Caixa gerado nas atividades operacionais | (5.581) | (898) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (527) | (16) |
| Fluxo de caixa (usado nas) atividades operacionais | (6.108) | (914) |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | |
| Aquisições de ativos imobilizado | (68) | (41) |
| Outros investimentos | (571) | 952 |
| Fluxo de caixa (usado nas) provenientes das atividades de investimentos | (639) | 911 |
| Fluxo de caixa das atividade de financiamentos | | |
| Pagamentos de financiamentos | (370) | - |
| Empréstimos e financiamentos tomados | 7.116 | |
| Fluxo de caixa provenientes das atividades de financiamentos | 6.746 | |
| Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa | (1) | (3) |
| Demonstração do caixa e equivalentes de caixa | 4 | 4 |
| Caixa e equivalentes de caixa em 1° de janeiro | 1 | 4 |
| Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro | | 1 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Atibaia Saneamento S.A. "Companhia" é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), localizada na cidade de Atibaia – São Paulo, na Rua Aniceto Tavares, 50, Bairro: Recreio Estoril, foi constituída com objetivo exclusivo de Parceria Público Privada - PPP com a Companhia de Saneamento Ambiental de Atibaia - SAAE por meio de concessão administrativa para a prestação dos serviços de esgotamento sanitário, que compreendem a coleta, o afastamento, o tratamento de esgotos sanitários e a disposição final do lodo, contemplanto a realização das obras e investimentos necessários para a universalização do sistema, bem como a assunção, a operação e a manutenção de todo sistema operacional existente. A operação da Companhia é regida pelos termos do Contrato de Parceria Público Privada nº 25/2012.

O prazo do contrato de concessão é de 30 (trinta) anos com vencimento original em 2043.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 06 de junho de 2019.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação de suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como por exemplo, aplicações financeiras para gestão diária do caixa e maximização do fluxo de caixa com base nas vendas, ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Compania utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Mensuração do valor justo--Continuação

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é

reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final de cada período de divulgação.

2.2. Receita de contrato com cliente

A Companhia possui um único contrato de concessão junto à Companhia de Saneamento Ambiental de Atibaia - SAAE, ao qual, de acordo com o ICPC01 (R1) - Contratos de Concessão e OCPC 05 - Contrato de Concessão, foi dividido entre serviços de construção e serviços de operação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Receita de contrato com cliente--Continuação

As divulgações de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas relacionadas à receita são apresentadas a seguir.

a) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e CPC 47 (R1) - Receita de Contrato com Cliente, na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como ativo financeiro, pois a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa do concedente pelos serviços de construção prestados.

A Companhia estima que o valor justo da constraprestação relativa à construção seja equivalente ao custo esperado mais margem. Esta margem adicional, estimada conforme plano de negócio do contrato de concessão, é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre o contrato de construção, a qual é adicionada ao referido custo de construção, resultando na receita de construção. As taxas utilizadas estão descritas abaixo.

| | 2018 | 2017 |
|---|--------|--------|
| Margem bruta sobre contrato de construção | 28.80% | 28.80% |

b) Receita de ativo financeiro

A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato de concessão, levando em consideração os juros atribuídos no plano de negócio aos recebíveis das obras que ocorrerão até o final da concessão, considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados. As taxas utilizadas estão descritas abaixo.

| | 2018 | 2017 |
|---|--------|--------|
| Juros efetivos do contrato de concessão | 15,85% | 28.62% |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Receita de contrato com cliente--Continuação

c) Receita de operação

A Companhia reconhece a receita de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão, quando (i) identifica as diferentes obrigações do contrato; (ii) determina o preço da transação; (iii) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (iv) satisfaz todas as obrigações de desempenho.

A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da coleta, afastamento, tratamento do esgoto sanitário e disposição final do lodo, executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pela SAAE.

2.3. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras;
- Juros sobre atualização de impostos a recuperar;
- Descontos obtidos;
- Despesas com juros sobre financiamentos; e
- Outras despesas e receitas financeiras.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

2.4. Tributos

a) <u>Imposto de renda e contribuição social correntes</u>

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecidos no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Tributos--Continuação

a) Imposto de renda e contribuição social correntes--Continuação

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Companhia e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Tributos--Continuação

c) Tributos sobre a venda

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos de tributos incidentes sobre a receita de construção e receita de ativo financeiro e recuperáveis sobre o custo de construção com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

2.5 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Em casos de substituição de partes que resultam em aumento da vida útil, o custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição e os ativos substituídos são baixados. Todos os demais custos de manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5 Imobilizado--Continuação

a) Reconhecimento e mensuração -- Continuação

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

c) <u>Depreciação</u>

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas, aparelhos e equipamentos10 anosMóveis e utensílios10 anosComputadores e periféricos5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.6 Intangível

a) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Intangível--Continuação

b) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c) Amortização

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para a Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

a) Ativos financeiros

i) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Vide políticas contábeis na nota explicativa 2.2 - Receita de contrato com cliente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

i) Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como se gerencia os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

ii) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os ativos financeiros na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e na categoria de custo amortizado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas condições forem atendidas: (i) dentro do modelo de negócios o objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-Continuação

- a) Ativos financeiros--Continuação
 - ii) Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado--Continuação

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem o contas a receber de clientes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla as aplicações financeiras para gestão diária do caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

iii) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos do caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou quando a Companhia nem transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

iv) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Compnhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-Continuação

- a) Ativos financeiros--Continuação
 - iv) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

b) Passivos financeiros

i) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-Continuação

b) Passivos financeiros--Continuação

ii) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os passivos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

iii) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

c) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia houver um direito legalmente executável de compensar os valores e se houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

2.9 Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base no Plano de Negócio. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de concessão e são revistas anualmente.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.10. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Provisões

a) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

b) Provisão para contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.12. Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12. Benefícios a empregados--Continuação

b) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. A Companhia não possui outros benefícios pós-emprego.

2.13. Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após esta data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas mas ainda não vigentes.

A seguir apresentamos as novas normas e alterações emitidas pelo CPC com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018:

<u>CPC 48 - Instrumentos Financeiros</u> - aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: *(i)* novos critérios de classificação de ativos financeiros; *(ii)* novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e *(iii)* flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Companhia adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2018 a qual não impactou em diferenças significativas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018--Continuação

<u>CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes</u> - estabelece um novo modelo contendo cinco passos que devem ser aplicados às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a CPC 47, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma substitui a CPC 17 - Contratos de Construção e correspondentes interpretações. A Companhia adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2018 a qual não impactou em diferenças significativas.

2.15. Normas emitidas mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

O CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil é efetivo para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019 e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso, numa base prospectiva.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Normas emitidas mas ainda não vigentes--Continuação

a) Transição para o CPC 06 (R2)

A Companhia planeja adotar a nova norma escolhendo o modelo de adoção retrospectiva com efeito cumulativo na data da aplicação inicial, conforme previsto no parágrafo C5 (b) do CPC 06 (R2). Consequentemente, a data de aplicação inicial será 31 de dezembro de 2018, com os efeitos sendo reconhecidos em 1º de janeiro de 2019 diretamente no patrimônio líquido.

A Companhia optará por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03.

A Companhia optará por utilizar as isenções previstas pela norma para contratos cujo prazo de arrendamento se encerre em até 12 meses a partir da data de adoção inicial, e contratos cujo ativo objeto sejam de baixo valor.

A Companhia possui arrendamentos de veículos e equipamentos operacionais.

A Companhia efetuou uma avaliação dos impactos do CPC 06 (R2) e não identificou impactos significativos.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

a) Estimativas e premissas--Continuação

julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do Plano de Negócio para o período de concessão. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustála de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato da Companhia estão divulgadas na nota explicativa 13 (c) (ii).

Tributos

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

a) Estimativas e premissas--Continuação

Tributos--Continuação

referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A Companhia não apresenta prejuízos fiscais a compensar no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Vide nota explicativa nº 14.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Quando aplicável, a Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As informações sobre provisões de contigências da Companhia estão divulgadas na nota explicativa nº 10.

4. Outros investimentos

| | 2018 | 2017 |
|---|------|------|
| Compromissadas lastreadas em debêntures | - | 176 |
| Certificados de depósito bancário | 747 | - |
| Total | 747 | 176 |

Em 31 de dezembro de 2018 a rentabilidade média ao ano atrelada ao CDI foi de 4,46% (7,15% em 31 de dezembro de 2017). Possuem vencimento de 1 a 7 anos, com liquidez diária, previsibilidade de resgate imediato, sem perda de valor e resgatáveis junto ao emissor.

Esses recursos são utilizados em investimentos necessários para a melhoria ou manutenção do sistema de esgotamento sanitário e demais investimentos previstos no contrato de concessão.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a outros investimentos estão incluídas na nota explicativa nº 13.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

5. Contas a receber e outros recebíveis

| | Nota | 2018 | 2017 |
|---|------|--------|--------|
| Recebíveis de contratos de concessão | | 44.968 | 25.274 |
| Partes relacionadas - conta corrente | 18 | - | 2.476 |
| Partes relacionadas - operações mensais | 18 | 187 | 128 |
| Adiantamentos | | 2.812 | 60 |
| Circulante | | 27.261 | 21.127 |
| Não circulante | | 20.706 | 6.811 |
| Total | | 47.967 | 27.938 |

A movimentação dos recebíveis de contrato de concessão é a seguinte:

| Saldo em 1º de janeiro de 2017 | 18.111 |
|---|----------|
| Receita decorrente de serviços de construção | 6.696 |
| Receita decorrente de serviços de operação | 5.436 |
| Receita do ativo financeiro decorrente da apropriação dos juros pela taxa efetiva | 4.898 |
| (-) Recebimentos decorrentes do contrato de concessão | (9.867) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 25.274 |
| Receita decorrente de serviços de construção | 22.788 |
| Receita decorrente de serviços de operação | 5.195 |
| Receita do ativo financeiro decorrente da apropriação dos juros pela taxa efetiva | 7.130 |
| (-) Recebimentos decorrentes do contrato de concessão | (15.419) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 44.968 |

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito, de mercado, mensuração do valor justo e perdas por redução ao valor recuperável relacionados ao contas a receber e outros recebíveis está divulgada na nota explicativa nº 13.

6. Impostos e contribuições a recuperar

| | 2018 | 2017 |
|--|------------|-------|
| Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) | 887 | 892 |
| Saldo negativo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) | 278 | 276 |
| Programa de Integração Social (PIS) | 193 | 194 |
| Base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) | 160 | 151 |
| Crédito Imposto Sobre Serviços (ISS) | 10 | - |
| PIS / COFINS / CSLL retidos na fonte | 2 | 55 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre prestações de serviços | <u>-</u> _ | 18 |
| Circulante | 632 | 686 |
| Não circulante | 898 | 900 |
| Total | 1.530 | 1.586 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

7. Fornecedores e outras contas a pagar

| | Nota_ | 2018 | 2017 |
|---|-------|-------|-------|
| Prestadores de serviços de obra | | 2.288 | 756 |
| Fornecedores diversos | | 692 | 245 |
| Partes relacionadas - operações mensais | 18 | 232 | 223 |
| Outras contas a pagar | | 27 | - |
| Total | | 3.239 | 1.224 |

A Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2018 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais nas demonstrações financeiras.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de liquidez e mensuração do valor justo relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na nota explicativa nº 13.

8. Financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, liquidez, mensuração do valor justo e uma análise de sensibilidade decorrentes destes financiamentos, veja nota explicativa nº 13.

| | Juros | | | |
|-----------|-----------------|---------------------------|--------------------------------------|---|
| Indexador | médios a.a. (%) | Vencimento | 2018 | 2017 |
| CDI | 10,90 | 2019 | 32.029 | 28.810 |
| | | | 6.746 | |
| | | | 38.775 | - |
| | | | - | 28.810 |
| | | | 38.775 | 28.810 |
| | | Indexador médios a.a. (%) | Indexador médios a.a. (%) Vencimento | Indexador médios a.a. (%) Vencimento 2018 |

a) Termos e cronograma de amortização da dívida

Em 12 de maio de 2017 foi firmado aditamento à cédula de crédito bancário da Companhia, prorrogando o vencimento do saldo devedor para 31 de janeiro de 2019, liquidado integralmente na referida data.

A garantia da cédula de crédito é o aval da controladora Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

8. Financiamentos—Continuação

a) Termos e cronograma de amortização da dívida--Continuação

Os financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

| | Valor | 12 | 13 a 24 |
|------------------------------|----------|--------|---------|
| 31 de dezembro de 2018 | contábil | meses | meses |
| Empréstimos e financiamentos | 38.775 | 38.775 | - |
| | | | |
| | Valor | 12 | 13 a 24 |
| 31 de dezembro de 2017 | contábil | meses | meses |
| Empréstimos e financiamentos | 28.810 | | 28.810 |

b) <u>Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento</u>

| | Financiamentos |
|---|----------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2018 | 28.810 |
| Variações dos fluxos de caixa de financiamento | |
| Conta corrente - partes relacionadas tomado | 7.116 |
| Pagamentos de financiamentos | (370) |
| Total de variações do fluxo de caixa de financiamento | 6.746 |
| Outras variações | |
| Provisão de juros | 3.219 |
| Total de outras variações | 3.219 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 38.775 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

9. Obrigações fiscais

| | 2018 | 2017 |
|---|-------|-------|
| Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com recolhimento diferido – concessão | 2.578 | 1.072 |
| Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) | 591 | 655 |
| Programa de Integração Social (PIS) com recolhimento diferido – concessão | 560 | 233 |
| Programa de Integração Social (PIS) | 129 | 142 |
| ISS / PIS / COFINS / CSLL retido a recolher | 65 | 17 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre salário | 32 | 34 |
| Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) retido na fonte | 29 | 9 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre serviços de terceiros | 9 | 4 |
| Circulante | 983 | 910 |
| Não circulante | 3.010 | 1.256 |
| Total | 3.993 | 2.166 |

10. Provisão para contingências

A Companhia, baseadas na opinião de seus consultores jurídicos externos, avaliou as probabilidades de ter contra si a materialização de determinadas contingências passivas de naturezas trabalhistas, previdenciárias, ambientais, tributárias, cíveis e outras.

A Companhia considera não existir riscos efetivos classificados como prováveis e, desta forma, não constituiu nenhuma provisão em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Contingências passivas não provisionadas

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são de natureza trabalhista, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$465 em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui contingências passivas avaliadas como sendo de risco possível.

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 está representado por 10.000 ações ordinárias, sem valor nominal (idêntico em 31 de dezembro de 2017), pertencentes aos seguintes acionistas:

| | Em % de participação | | |
|----------------------|----------------------|------|--|
| | 2018 | 2017 | |
| Iguá Saneamento S.A. | 100% | 100% | |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

11. Patrimônio líquido--Continuação

b) Natureza e propósito das reservas

i) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos ou para futuras distribuições de dividendos previstas conforme Plano de Negócio aprovado em Assembleia Geral.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, consequentemente, a Lei nº 6.404/76 determina no mínimo a distribuição de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma dessa lei.

12. Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

| | 2018 | 2017 |
|---|--------|---------|
| Total do passivo | 47.413 | 32.737 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | - | (1) |
| (=) Capital de terceiros líquido (A) | 47.413 | 32.736 |
| Total do patrimônio líquido (B) | 3.049 | (1.917) |
| Índice de alavancagem em 31 de dezembro A/(A+B) | 0,94 | 1,06 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

13. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil

A tabela a seguir apresenta a classificação dos valores contábeis relativos a ativos e passivos financeiros.

| | | Valor justo por meio do resultado | | Ativo mensurado ao custo amortizado | | Passivos fina mensurados amortiz | ao custo |
|--------------------------------------|------|-----------------------------------|----------|-------------------------------------|----------|--|----------|
| | Nota | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | - | | 1 | | - |
| Outros investimentos | 4 | 747 | 176 | - | - | - | - |
| Contas a receber e outros recebíveis | 5 | | - | 47.967 | 27.938 | _ | - |
| Ativos financeiros | | 747 | 176 | 47.967 | 27.938 | - | - |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 7 | - | - | - | - | 3.239 | 1.224 |
| Empréstimos e financiamentos | 8 | <u> </u> | <u>-</u> | <u> </u> | <u>-</u> | 38.775 | 28.810 |
| Passivos financeiros | | - | - | | - | 42.014 | 30.034 |

b) Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2018.

c) Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

13. Instrumentos financeiros--Continuação

- c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação
 - i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia possui o fator mitigante do risco de crédito de cliente que é o contrato de Parceria Público Privada com o SAAE, que prevê reequilíbrio econômico-financeiro.

Mediante segundo termo aditivo ao contrato de concessão, o pagamento das contraprestações em atraso que totalizam o montante de R\$ 9.789 relativas ao período de novembro de 2015 a janeiro de 2017, serão pagas em parcelas mensais de R\$ 200 a partir de janeiro de 2019.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

13. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

ii) Risco de crédito--Continuação

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

| | Nota | 2018 | 2017 |
|--|------|--------|--------|
| Caixa e equivalentes de caixa | | - | 1 |
| Outros investimentos | 4 | 747 | 176 |
| Contas a receber e outros recebíveis (*) | 5 | 45.155 | 27.878 |
| Circulante | | 25.196 | 21.244 |
| Não circulante | | 20.706 | 6.811 |
| Total | | 45.902 | 28.055 |

^(*) Não foi considerado o montante de outros recebíveis referente aos adiantamentos.

iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

13. Instrumentos financeiros--Continuação

c) <u>Gerenciamento de riscos financeiros</u>--Continuação

iii) Risco de liquidez--Continuação

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

| | Nota | 2018 | 2017 |
|--------------------------------------|------|--------|--------|
| Empréstimos e financiamentos | 8 | 38.775 | 28.810 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 7 | 3.239 | 1.224 |
| Total | | 42.014 | 30.034 |

^(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

| 31 de dezembro de 2018 | contábil | contratual | meses | |
|--------------------------------------|----------|----------------|--------|--------|
| Empréstimos e financiamentos | 38.775 | 39.073 | 39.073 | |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 3.239 | 3.239 | 3.239 | |
| Total | 42.014 | 42.312 | 42.312 | |
| | Valor | Fluxo de caixa | 12 | 13 |
| 31 de dezembro de 2017 | contábil | contratual | meses | meses |
| Empréstimos e financiamentos | 28.810 | 32.465 | | 32.465 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 1.224 | 1.224 | 1.224 | - |
| Total | | | | |

Valor Fluxo de caixa

12

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

13. Instrumentos financeiros--Continuação

- c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação
 - iv) Risco de mercado--Continuação

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI e IPCA.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

| | Nota | 2018 | 2017 |
|--------------------------------------|------|--------|--------|
| Ativos financeiros | | | |
| Outros investimentos | 4 | 747 | 176 |
| Recebíveis de contratos de concessão | 5 | 44.968 | 25.274 |
| Total | | 45.715 | 25.450 |
| Passivos financeiros | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 8 | 32.029 | 28.810 |

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo dos recebíveis de contratos de concessão, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

13. Instrumentos financeiros--Continuação

- c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação
 - iv) Risco de mercado--Continuação

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas

| | | | | | Ce | enários | | |
|--|-----------|-------|------|---------|------|-----------------------|------|----------------------|
| | Exposição | | Prov | vável | , | io do indice m 25% | - | o do indice n 50% |
| Instrumentos | em 2018 | Risco | % | Valor | % | Valor | % | Valor |
| Ativos financeiros | | | | | | | | |
| Outros investimentos | 747 | CDI | 4,58 | 30 | 5,09 | 38 | 6,10 | 46 |
| Recebíveis de contratos de concessão | 44.968 | IPCA | 3,96 | 1.781 | 4,95 | 2.226 | 5,94 | 2.671 |
| Passivos financeiros | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | (32.029) | CDI | 6,50 | (2.082) | 8,13 | (2.603) | 9,75 | (3.123) |
| Total líquido de ativos e passivos financeiros | 13.686 | | _ | (271) | | (339) | - | (406) |
| Impacto no resultado e património líquido | | | | | | (68) | | (135) |

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas

| | | | | | Ce | nários | | |
|--|-----------|-------|------|---------|------|----------------------|------|---------|
| | Exposição | | Pro | vável | , | o do indice n 25% | , | n 50% |
| Instrumentos | em 2018 | Risco | % | Valor | % | Valor | % | Valor |
| Ativos financeiros | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | 747 | CDI | 4,58 | 30 | 3,05 | 23 | 2,03 | 15 |
| Recebíveis de contratos de concessão | 44.968 | IPCA | 3,96 | 1.781 | 2,97 | 1.336 | 1,98 | 890 |
| Passivos financeiros | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | (32.029) | CDI | 6,50 | (2.082) | 4,88 | (1.562) | 3,25 | (1.041) |
| Total líquido de ativos e passivos financeiros | 13.686 | | _ | (271) | • | (203) | • | (136) |
| Impacto no resultado e património líquido | | | | | , | 68 | | 135 |

Fontes: a informação do CDI e IPCA foi extraída do Focus - Relatório de Mercado divulgado pelo BACEN, na data-base de 28 de dezembro de 2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

| | Ativo | • | Passiv | vo | Resulta | do |
|--|---------|---------|---------|---------|----------|-------|
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a) | 1.905 | 2.145 | | | (240) | (10) |
| Contas a receber – contrato de concessão | - | 472 | 709 | - | (1.181) | (696) |
| Contas a receber - diferimento de serviços prestados para órgão público | - | - | 2.245 | 1.699 | (546) | 132 |
| Outras diferenças temporárias | 21 | 43 | - | - | (22) | (7) |
| | 1.926 | 2.660 | 2.954 | 1.699 | (1.989) | (581) |
| Compensação (*) | (1.926) | (1.699) | (1.926) | (1.699) | <u> </u> | - |
| Total | - | 961 | 1.028 | - | (1.989) | (581) |

⁽a) Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos acumulados. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

^(*) Ativos e passivos fiscais diferidos apresentados líquidos.

| Reconciliação da taxa efetiva | 2018 | 2017 |
|--|---------|-------|
| Resultado do exercício antes dos impostos | 7.482 | 1.760 |
| Alíquota nominal | 34% | 34% |
| Despesa com imposto a alíquota nominal | (2.544) | (598) |
| Ajuste do imposto de renda e contribuição social | | |
| Despesas não dedutíveis | (6) | (5) |
| Outras | 34 | 6 |
| Imposto corrente | (527) | (16) |
| Imposto diferido | (1.989) | (581) |
| Alíquota efetiva | 34% | 34% |

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

15. Receita operacional líquida

| | 2018 | 2017 |
|---|---------|---------|
| Receita de construção | 22.788 | 6.696 |
| Receita de ativo financeiro | 7.130 | 4.898 |
| Receita de prestação de serviço da operação | 5.195 | 5.436 |
| Impostos sobre os serviços prestados | (3.248) | (1.575) |
| Total | 31.865 | 15.455 |

16. Custos e despesas por natureza

| Custos dos serviços prestados | 2018 | 2017 |
|---|----------|---------|
| Custo de construção | (14.724) | (4.326) |
| Energia elétrica | (1.087) | (957) |
| Despesas com pessoal | (938) | (882) |
| Serviços de terceiros | (650) | (957) |
| Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos | (226) | (168) |
| Materiais Auxiliares | (172) | (179) |
| Outros custos | (172) | (69) |
| Materiais Diretos | (24) | (49) |
| Depreciacao e amortizacao | (1) | - |
| Creditos de Pis e Cofins | 6 | 14 |
| Total | (17.988) | (7.573) |

| Despesas administrativas e gerais | 2018 | 2017 |
|---|---------|---------|
| Serviços de terceiros | (1.217) | (806) |
| Despesa com pessoal | (847) | (1.323) |
| Outras despesas | (525) | (423) |
| Depreciacao e amortizacao | (20) | (14) |
| Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos | (9) | (15) |
| Energia elétrica | (1) | (1) |
| Total | (2.619) | (2.582) |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

17. Despesas financeiras líquidas

| Receitas financeiras | 2018 | 2017 |
|---|---------|---------|
| Juros sobre atualização de impostos a recuperar | - | 210 |
| Juros de aplicações financeiras | 26 | 23 |
| Descontos obtidos | 1 | 84 |
| Total | 27 | 317 |
| Despesas financeiras | (0.040) | (0.740) |
| Juros sobre financiamentos | (3.219) | (3.718) |
| Outras despesas financeiras | (584) | (139) |
| Total | (3.803) | (3.857) |
| Despesas financeiras líquidas | (3.776) | (3.540) |

18. Partes relacionadas

a) Controladora

A parte controladora direta e final da Companhia é a Iguá Saneamento S.A., onde são consolidadas estas demonstrações financeiras.

b) Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como as transações que influenciaram os resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

18. Partes relacionadas--Continuação

| | _ | Ativo | 0 | Passi | vo | Resultad | lo |
|---|-----|------------|----------|----------|----------|----------|-------|
| Circulante | | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber | | (Nota 5) | (Nota 5) | (Nota 7) | (Nota 7) | | |
| Galvão Engenharia S.A. (em recuperação judicial) | | | | | | | |
| - Centro de soluções compartilhadas - CSC | (a) | - | - | - | - | - | 83 |
| Iguá Saneamento S.A. | | | | | | | |
| - Contrato de assistência técnica | (b) | - | - | 79 | 10 | (685) | (481) |
| - Centro de serviços compartilhados - CSC | (a) | - | - | 59 | 44 | (293) | (182) |
| Repasse de recursos e custos com serviços compartilhados | (c) | 187 | 128 | 94 | 169 | (85) | (67) |
| Total | | 187 | 128 | 232 | 223 | (1.063) | (647) |
| Em clientes e outras contas a receber e financiamentos | | (Nota 5) | (Nota 5) | (Nota 8) | (Nota 8) | | |
| Conta corrente | (d) | <u>-</u> _ | 2.476 | 6.746 | - | <u> </u> | |
| Total | | | 2.476 | 6.746 | - | - | - |

⁽a) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada entre a Companhia e as partes para prestação de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.

19. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais são as seguintes:

| | 2018 | 2017 |
|-----------------------------|--------|--------|
| Responsabilidade civil (**) | 37.000 | 2.000 |
| Empresarial (*) | 30.200 | - |
| Seguro garantia | 7.562 | 7.929 |
| Patrimonial riscos diversos | 3.600 | 2.900 |
| Total | 78.362 | 12.829 |

^(*) Limite máximo de cobertura em 31 de dezembro de 2018 compartilhado com as demais empresas do Grupo Iguá.

⁽b) Contrato de serviços de assistência técnica entre a Companhia e sua controladora, com vigência até o prazo final dos contratos de concessão, no montante equivalente a 5% sobre a receita.

⁽c) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.

⁽d) Refere-se a contrato de conta corrente entre a Companhia e sua controladora, no qual cada uma das partes pode estar simultaniamente na posição de credor e devedor, com direitos e obrigações recíprocas, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente.

^(**) Limite máximo de garantia em 31 de dezembro de 2018 compartilhado com as empresas do Grupo Iguá, com sub limite para barragens de R\$ 4.000 exclusivamente para SPAT Saneamento S.A., sub limite de R\$ 10.000 para as demais empresas (inclusive a Companhia) e teto máximo de cobertura de R\$ 37.000 para Agreste Saneamento S.A., Águas Cuiabá S.A. e Paranaguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

20. Compromissos

Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

21. Eventos Subsequentes

Em 29 de abril de 2019, a Companhia emitiu cédula de crédito bancário junto ao Banco BTG Pactual S.A. no montante de R\$ 50.000, com amortização em 30 meses a partir de 180 dias da data de emissão e juros remuneratórios equivalente a 100% da variação do CDI, pro rata temporis, com base em um ano de 252 dias úteis acrescido de spred de 3,5% ao ano, a serem pagos mensalmente a partir da data de emissão. O montante captado foi utilizado inicialmente para liquidação de saldo existente por meio de contrato de conta corrente (até o limite de R\$ 34.000) com a Iguá Saneamento, e para capital de giro e investimentos no projeto decorrente de Contrato de Concessão.

Em 9 de abril de 2019, conforme Assembleia Geral e Extraordinária, a Companhia aumentou o capital social no montante de R\$ 10.000, integralizado mediante utilização de créditos decorrentes do contrato de conta corrente firmado com a acionista Iguá Saneamento S.A., emitindo 10.000.000 de novas ações ordinárias sem valor nominal. Desta forma, o capital da Companhia passa para R\$ 10.010, representado por 10.010.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

* * *

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

Composição da Diretoria

Presidente do GrupoGustavo Fernandes Guimarães

DiretoriaEduardo Henrique Telles Caldeira
Mateus Banaco

Contador Patrícia Hirano Diz CRC/SP nº SP-265232/O-9